

A EXPANSÃO PORTUGUESA E A CONSTRUÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO*

Maria de Deus Manso

NICPRI.UE/Universidade de Évora

Não sendo nosso objectivo trabalhar sobre a definição, ou mesmo compreensão, do termo Globalização, queremos, no entanto, salientar que o consideramos como um processo evolutivo¹ e a sua compreensão requer uma viagem através dos tempos.

O início de uma “movimentação global” pode situar-se desde as mais distantes viagens: rotas da seda através da Eurásia ou o projecto de um império mundial de Gengis Khan (1165-1227) e, mais tarde, a dinâmica oceânica iniciada por Portugal no séc. XV. Foi a partir das viagens dos portugueses que o “comércio internacional” começou a ser efectivamente global. À revolução comercial juntou-se a científica e o cruzamento cultural e biológico, o que o torna um momento único e identificador. A sua dinâmica, quando comparada com o que ocorrera no passado, assentará, para uns, numa talassocracia, baseada no domínio naval e, para outros, terá sido uma “rede”, isto é, um império vasto e descontínuo. Independentemente das definições, sabemos que o seu impacto foi tão grande e duradouro que leva, por exemplo, Immanuel Wallenstein a escrever que “a economia-mundo em que hoje vivemos provém das modificações trazidas pelas descobertas”².

Em face do exposto, em que termos pode ser valorizada a prestação lusa de finais do século XV no trajecto de longa duração que conduziu, séculos depois, à globalização presente?

* Este trabalho conta com o Apoio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

1. Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas. *Portugal. O Pioneiro da Globalização*. Lisboa: Centro Atlântico, 2007.

2. “Le Portugal et le Monde. Lectures de L’œuvre de Vitorino Magalhães Godinho”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 143-144.

Não é preciso rememorar com demora que os portugueses de Quinhentos conseguiram precisamente invadir as ligações entre as economias asiáticas, tratando de controlar pela superioridade naval os pontos estratégicos que, de Malaca a Ormuz, guardavam os tratos marítimos intra-asiáticos, anteriormente pontuados por uma larga circulação mercantil muçulmana. Organizando uma rede interligada de enclaves em espaços portuários que eram fortalezas, feitorias e algumas cidades, como Goa ou Macau, os portugueses ofereceram aos negócios comerciais asiáticos mais rapidez, segurança e a eficácia de embarcações especializadas, apoiadas por uma artilharia naval praticamente imbatível no século XVI nos mares do Índico. As ligações marítimas oferecidas por este sistema concorriam, com vantagem, com as antigas rotas demoradas da seda, ligando por terra a China à Turquia, da mesma forma que se impuseram a outros concorrentes marítimos, tanto islâmicos como locais, através de um regular sistema de vigilância e violência marítimas que, combinando controlo alfandegário e pirataria, procurava sazonalmente dissolver a concorrência comercial nos pontos nodais de distribuição mercantil das produções de metais preciosos, têxteis, sedas e especiarias³. O chamado “império oriental” era o coração estratégico da circulação portuguesa à escala global. A viragem para o Brasil, da exploração económica à colonização agrária, da construção de um Estado colonial à aculturação social e religiosa, aprofunda-se precisamente quando as posições político-mercantis portuguesas na Ásia se contraem irremediavelmente face à irrupção de novas concorrências, a começar pelo dinamismo da muito poderosa Companhia Holandesa das Índias Orientais, a célebre VOC, inaugurada em Amesterdão em 1602 por um grupo de ricos accionistas privados e por cidades holandesas que obrigavam a Companhia a ter lucros anuais.

Portugal tinha, no século XVI, uma população oscilando entre 1,5-2 milhões de habitantes. Escassez de recursos naturais e industriais somavam-se a uma continuada falta de capitais em prata, com que se faziam os negócios com as economias asiáticas. Quando em meados do século, os enclaves portugueses na Ásia cruzavam cerca de meia centena de portos, não tinha sido possível movimentar mais de 25000-30000 portugueses europeus para assegurar actividades políticas, militares e comerciais organizadas. Macau foi uma solução fundamental para estas disfunções. Negociada, como em muitos outros espaços asiáticos, com os poderes territoriais locais, a demorada presença portuguesa na península de Macau durou porque foi útil à economia e sociedade imperiais chinesas⁴. Prata, produtos de luxo raros como o âmbar ou o sândalo de Timor cruzavam-se à intermediação mercantil com as feiras anuais de Cantão, permitindo aos mercadores lusos e euroasiáticos, que se foram instalando no enclave desde 1557, assegurar até 1639 as importações de prata japonesa, vitais para alimentar o sistema monetário e de pesos, organizado no período Ming em torno da barra de prata. Quando os portugueses foram expulsos do Japão, o sistema económico da China continuou a absorver grande parte da produção de prata mundial, sobretudo vinda do império espanhol na América

3. SOUSA, Ivo Carneiro de. “A Ásia e a Europa na formação da Economia-Mundo e da globalização: trajectórias e debates historiográficos”. *Macau: Revista de Cultura*, 10 (2004).

4. ZHILIANG, Wu. *Segredos da sobrevivência. História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.

atrav
do d
A
muit
das r
e XV
a Gr
port
Bras
torna
em q
dout
conh
em 1
lago
N
Espan
ampl
no g
prata
color
taliza
para
have
marg
Sacr
colon
arma
os po
Di
xandr
a favo
romp
Zarag
de iur
mar d
teria c
diplom
Este s
nas ne
em 17
portu

5. Cortes

através das conexões regulares entre Acapulco e Manila, com ligações ao enclave do delta do Rio das Pérolas.

As aventuras oceânicas de tratos e conquistas quinhentistas – permitindo a muitos mercadores, soldados e aventureiros portugueses instalar-se no coração das ricas economias asiáticas – tinham-se praticamente perdido nos séculos XVII e XVIII, quando a concorrência de outras potências europeias (como a Holanda, a Grã-Bretanha e a França) começa a disputar os espaços de circulação comercial portuguesa. Neste período plurissecular realiza-se a verdadeira “descoberta” do Brasil, enquanto espaço produtivo, comercial e território de conquista. O Brasil torna-se, até à sua independência em 1822, o primeiro grande espaço continental em que se vislumbra um evidente processo colonial e a formação de uma assumida doutrina colonialista. Para não irmos mais longe, rememore-se apenas o acordo conhecido por “Tratado de Madrid”, assinado pela Coroa Portuguesa e Espanhola em 1750, dando-se a Espanha, em troca das fronteiras do Sul do Brasil, o arquipélago das Filipinas que, de facto, não estava ocupado por Portugal.

No final do século XVII, depois de estabelecida formalmente a paz com a Espanha, em 1668, a rivalidade colonial luso-espanhola no actual Sul do Brasil amplia-se significativamente em torno da disputa pelo controlo da navegação no grande Rio de la Plata. Afectada pela drástica diminuição da produção de prata sul-americana e pela queda mundial dos preços do açúcar, a economia colonial do Brasil procurava encontrar uma saída para a crise através da revitalização do comércio palatino. Nesta altura, foram mesmo desenhados planos para a conquista de Buenos Aires, mas a política colonial decidida em Lisboa haveria somente de investir na construção de um conjunto de fortalezas nas margens norte do Rio de la Plata, culminando com a organização da colónia de Sacramento, em 1680. Uma situação que interferia directamente com a presença colonial, económica e missionária de Espanha na região, gerando vários conflitos armados que obrigaram a multiplicar negociações diplomáticas difíceis entre os poderes Ibéricos.

Dirigindo desde 1747 as complicadas negociações com a coroa espanhola, Alexandre de Gusmão encontrou um elemento decisivo a jogar no campo diplomático a favor dos interesses coloniais portugueses no Sul do Brasil: os espanhóis haviam rompido com a letra do vetusto Tratado de Tordesilhas, de 1494, e do Acordo de Zaragoza, de 1529, ao ocuparem as Filipinas, que pertenciam por aqueles tratados de iure ao Rei de Portugal. Assim, para que a Espanha pudesse legalmente reclamar direitos de ocupação da colónia de Sacramento e do estuário do Rio da Prata, teria de abandonar de bona fide as Filipinas ou passar a incluí-las nas negociações diplomáticas com Portugal, trocando-as por um território da mesma dimensão. Este seria o princípio diplomático que Gusmão soube inteligentemente impor nas negociações com Espanha, permitindo a assinatura do tratado de Madrid, em 1750, concretizando a troca das Filipinas pelo reconhecimento das fronteiras portuguesas do Sul do Brasil⁵.

5. Cortesão, Armando. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1953.

Mais importante ainda, o tratado de Madrid é o primeiro acordo diplomático europeu em que se determinaram os novos princípios legais em que viria a assentar a doutrina do colonialismo do século XIX. Com efeito, o princípio central de direito acordado pelos poderes Ibéricos baseava-se no *Uti-Possidetis*, a nação que tinha a posse de um território tinha direito ao seu domínio. O princípio foi de imediato aplicado também à circulação marítima e fluvial, admitindo-se a exclusividade de navegação espanhola no Rio de la Plata e nos itinerários oceânicos do Pacífico, ligando o México às Filipinas. Ao mesmo tempo, reconhecia-se a exclusividade portuguesa na carreira da Índia, ligando Lisboa a Goa, com a inclusão de escalas fundamentais em Moçambique, no Brasil e nas ilhas Atlânticas.

O acordo diplomático luso-espanhol, apesar de fortemente contestado e claramente ultrapassado pela concorrência colonial e comercial dos outros poderes coloniais europeus, permitiu escorar um forte desenvolvimento “autónomo” da economia brasileira que, passando a incluir no seu comércio externo comunicações regulares com as economias asiáticas, transformou a cidade da Baía num grande porto internacional. Na verdade, o grande porto baiano conseguiu somar às exportações tradicionais de ouro e prata um enorme desenvolvimento do comércio do tabaco, enviado ainda em folha para os portos africanos para ser trocado por escravos, ao mesmo tempo que rumava lucrativamente em pó para os mercados asiáticos, sobretudo a China, através de contactos directos com Goa e Macau.

Seja como for, o Tratado de Madrid é uma lição introdutória que, da doutrina aos “direitos”, prepara o colonialismo europeu do século XIX, vazando-se politicamente nesse mais do que tristemente célebre Acordo de Berlim que, entre 1884 e 1885, reunindo catorze países europeus a convite do poderoso chanceler-de-ferro Bismarck, haveria de dividir a régua e esquadro o continente africano, em benefício da doutrina colonial, sustentando cada vez mais a superioridade civilizacional europeia sobre o resto do mundo, que não havia sido construído por princípios e valores “ocidentais”. Nestas datas, colocado cada vez mais na defensiva, o colonialismo português vai-se formando e agitando, seguindo também as transformações das lutas políticas e sociais dos finais do século XIX português. Como se sabe, os movimentos republicanos urbanos – progressivamente mais activos – haveriam de encontrar na defesa e desenvolvimento de um moderno colonialismo luso, uma das suas principais armas em favor da construção de uma nova Nação Republicana. Entre mapas cor-de-rosa, ultimatus e muita concorrência político-económica, o republicanismo saberia encontrar nas comemorações da descoberta da Índia ou de Camões espaços de agitação política que concorreram para fragilizar uma monarquia exangue, acusada de não conseguir defender os interesses coloniais portugueses, entendidos já como parte da Nação. Em rigor, grande parte do colonialismo e mesmo da colonização territorial ultramarina, com os seus fomentos e emigrações, deve-se à Primeira República. A pacificação de Timor Leste ocorre entre 1912-1913, durante as guerras de Manufahi; a reorganização da administração de Macau e a sua extensão às ilhas da Taipa e Coloane concretiza-se entre 1918 e 1920; sendo mesmo ao longo da década de vinte do século passado que as primeiras tentativas organizadas de colonização agrícola e industrial das colónias africanas começam a mobilizar capitais, pessoas e equipamentos, com suporte e planificação

govern
parte j
Repub
loniais
primei
defini
Novo
socioló
luso-tr
da hist

Pelo
é const
espaço
quer p
as econ
globali
Estabe
Foi o e
modelo
da char
servan
mentos
trágico
pelos c
dos esp
desse
movim

governamentais. A partir daqui, o colonialismo e as suas colónias passam a fazer parte já não apenas da memória nacional, mas da própria construção da Nação Republicana. As colónias portuguesas circulam agora nas grandes exposições coloniais mundiais até que, em 1934, o Palácio de Cristal, no Porto, soube receber a primeira Grande Exposição Colonial, debutando o caminho ideológico que integrou definitivamente o "mundo colonial" português na ordem restaurada do Estado Novo. Esta ordem acabaria por receber uma extraordinária justificação histórica, sociológica e cultural do colonialismo português que, sob a elegante etiqueta de luso-tropicalismo, persiste como uma das principais explicações globais também da história da expansão colonial lusa.

Pelo que acima escrevemos, a história da expansão e do colonialismo português é constituída por uma série de processos. Foi um movimento longo no tempo e no espaço, construído quer sob a égide das autoridades que representavam a Coroa, quer por interesses privados⁶, onde se foram tornando mais globais os tratos, as economias, os encontros culturais e mesmo as mais diferentes transacções, da globalização de plantas e doenças à alteração de sistemas sociais e ecológicos. Estabeleceram-se as pontes de relacionamento entre a Europa e "outros mundos". Foi o esboço de novas rotas marítimas transcontinentais, do ensaio de um novo modelo de império e de uma moderna talassocracia. No entanto, a grande parte da chamada história da expansão portuguesa foi-se fazendo de "cá para lá", observando os espaços coloniais portugueses não-europeus como espelhos ou fragmentos, ilustrando o modo lusitano de dar "novos mundos ao mundo". Erro tão trágico como o das pouco estudadas histórias de naufrágios, insucessos e derrotas pelos diferentes "ultramares". Exige-se uma investigação ad contrario, partindo dos espaços de circulação colonial portuguesa, centrando-se mesmo no coração desses espaços, para perceber as alteridades, diversidades e especificidades dessa movimentação, como um dos substratos da globalização.

6. José Sebastião da Silva Dias. *Os Descobrimientos e a Problemáticas Cultural do Século XVI*, Coimbra, 1973.